

A voz do suporte: análise de um manual de Educação Moral e Cívica em Florianópolis/1971

Márcia Regina dos Santos¹

Resumo: A partir de 1964, com a implantação do Regime Militar no Brasil, todos os setores da sociedade deveriam passar pela reconfiguração prevista nos planos do governo. Diante disso emergiu a necessidade de sistematizar, no processo de escolarização, disciplinas escolares (CHERVEL, 1990) que dessem conta desta demanda. A Educação Moral e Cívica então, que já existia como prática educativa, em 1969 é instituída como disciplina obrigatória em todos os níveis e modalidades dos sistemas de ensino do país, através do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Este estudo analisa um manual escolar de Educação Moral e Cívica, de autoria de Jadyr Bhering Faustino da Silva e Ayrton Capella, produzido em 1970, que circulou na cidade de Florianópolis. A análise foi ancorada no diálogo com as premissas da *cultura escrita* de Antonio Castillo Gómez (2001), bem como a materialidade do suporte, foi abordada a partir dos conceitos da *história do livro e da leitura*, discutidos por Roger Chartier (1998). A investigação através destas perspectivas dá visibilidade às aproximações e distanciamentos do manual com a proposta do Decreto-lei, amplia o olhar sobre a relação da *cultura escrita* com os sistemas de ensino, entendida aqui como elemento da *cultura escolar* (VIÑAO FRAGO, 1995), e viabiliza o debate sobre algumas peculiaridades da produção didática em relação às demandas de um momento histórico específico.

Palavras-chave: Educação Moral e Cívica; manual didático; materialidade.

Introdução

A partir de 1964, o Brasil passou a viver em um Governo Militar que se sustentava em preceitos ditatoriais. A sociedade foi se adaptando ao governo que se estabelecia e engendrava seus braços para atuar efetivamente nos diversos segmentos importantes para consolidar a forma de governo. Em meio a teia que se tecia, o segmento educacional também foi englobado nas estratégias que sedimentavam a base do novo governo militar.

Todos os setores da sociedade deveriam passar pela reconfiguração prevista nos planos do governo militar, isso envolvia criação de leis, decretos, estabelecimento de diretrizes, enfim, construir um aparato que delineasse o *novo cidadão* para a *nova pátria*. Já

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, sob a orientação da Pro^a Dr^a Maria Teresa Santos Cunha. Bolsista CAPES. Contato marcia0705@gmail.com.

no primeiro governo, do General Humberto Castelo Branco, começaram a ser discutidas quais estratégias eram fundamentais para essa proposta de cidadania, que muito pertinentemente fariam parte dos sistemas de ensino. Diante disso emergiu a necessidade de sistematizar, no processo de escolarização, disciplinas escolares que dessem conta desta demanda. Segundo Filgueiras (2006), “a necessidade de uma Educação Moral e Cívica dos cidadãos foi tema de projetos educacionais anteriores ao da Ditadura Militar brasileira e esteve presente em discussões de outros países, em diferentes contextos históricos [...]”. E no Brasil os acontecimentos impeliam para que a prática, que já era exercida pelos educadores, fosse institucionalizada.

A Educação Moral e Cívica então, que já existia como prática educativa transitando em algumas disciplinas escolares como por exemplo o Canto Orfeônico, em 1969 foi instituída como disciplina obrigatória em todos os níveis e modalidades dos sistemas de ensino do país, através do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Todos os saberes que poderiam contribuir com as questões de formação de caráter, cidadania, patriotismo e civismo, passaram a compor esta disciplina escolar que estaria presente nas várias etapas da formação.

Esta resolução vai desencadear uma série de demandas no ambiente escolar dos sistemas de ensino em todo o país. Seria preciso capacitar profissionais com formação em áreas afins, como por exemplo, História, Geografia, Filosofia, para que assumissem a ministração desses saberes que estariam organizados na disciplina de Educação Moral e Cívica. Os programas curriculares deveriam ser adaptados para comportar a disciplina dentro da carga horária e da seriação. Para efetivar as finalidades da disciplina, teria que ocorrer uma seleção de saberes que atendessem a proposta. Para viabilizar a disseminação dos saberes, e até mesmo para auxiliar a prática dos professores, fazia-se necessário pensar uma produção didática que contemplasse as finalidades da proposta, os possíveis métodos de desenvolvimento, os conteúdos adequados e também as maneiras de avaliação... tudo isso como a maior urgência.

Este estudo vai tratar desta última demanda, através da abordagem sobre um manual escolar de Educação Moral e Cívica, de autoria de Jadyr Bhering Faustino da Silva e Ayrton Capella, produzido em 1971, que circulou nas escolas da cidade de Florianópolis. Para

discutir como a proposta foi sistematizada por estes autores em Santa Catarina realizou-se uma abordagem sobre o suporte de *cultura escrita* em que esteve inserida, procurando realizar

[...] o estudo da produção, difusão, utilização e conservação dos objetos escritos, qualquer que seja sua materialidade concreta - do documento oficial à carta particular, ou suporte - da tábua de argila para a tela eletrônica. O que se pretende é revelar cada um dos lugares, costumes e gestos que historicamente regeram a relação entre o mundo do texto e o mundo dos usuários. (CASTILLO GÓMEZ, 2001, p. 19).

O texto escrito, para além de um sistema de signos que comunica uma mensagem, deve ser pensado como um produto do tempo e do espaço. Observado como um dispositivo interativo que está sempre em metamorfose, que recebe significação pelos olhares, sujeitos, espaços e contextos em que transita, e de certa forma, legitimado pelas leituras. Tão importante quanto o comunicado do texto, é o valor simbólico, a proposta, o jogo de poder que se inscreve na escrita. O estudo de um suporte de escrita vinculado ao processo escolar, necessariamente precisa levar em conta essa subjetividade que cerca o texto.

Analisar o processo editorial, a materialidade do suporte, foi possível a partir dos conceitos contidos na *História Cultural* (CHARTIER, 1990), fundamentais contribuições para a *história do livro e da leitura*, discutidos por Roger Chartier (1998), percebendo a seleção de saberes para a obra, a composição gráfica e suas particularidades. O texto e o livro percebidos como elementos móveis, atuantes no estabelecimento das ideias e dos discursos. Para além de meros transmissores de mensagens, são entendidos como ativos, “fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão”(CHARTIER, 1990, p. 123). Por se tratar de um material produzido para uso escolar, inserido neste universo, onde se entende que “[...]a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e idéias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, modos de pensar, dizer e fazer”. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69), compreende-se que esse objeto está situado no contexto de usos e práticas escolares que configuram o espaço material e simbólico do qual está situada a escrita.

Moral, Civismo e Educação

O Decreto-lei 869 de 12 de setembro de 1969 estabeleceu uma nova diretriz educacional que, de forma pulverizada já acontecia via prática educacional. É importante pensar que ao instituir como disciplina escolar um conjunto de saberes, eleva-se ao estatuto de

imprescindível àquilo que até então poderia ser facultativo. E isso ocorreu com a Educação Moral e Cívica. Apesar das práticas educativas já contemplarem esses saberes, mesmo antes do Golpe Militar, o Decreto vai enfatizar o papel dos saberes e delinear as bases em que devem ser ministrados.

Os princípios já utilizados nos processos de escolarização vão receber tom nacionalista ao aparecer nas páginas dos manuais produzidos para a disciplina. Sem receio da redundância o Decreto anunciava

A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores² espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Parágrafo único. As bases filosóficas de que trata este artigo, deverão motivar:

- a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
- b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais.³

² Todas as citações retiradas dos documentos utilizados para a escrita deste texto, foram transcritas de forma idêntica, obedecendo as regras gramaticas da época de sua produção.

³ Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

Alguns conteúdos vinculavam o ensino da moral e do civismo ao ensino da participação dos jovens alunos na sociedade. O direcionamento dessa participação estava implícito no incentivo que havia aos alunos para que se organizassem em prol de benfeitorias sociais.

Tôdas as organizações têm sempre algum problema para ser resolvido. O seu colégio certamente também o terá:

- construir um ginásio;
- fazer uma biblioteca;
- fazer mais salas de aulas, etc.

Você, que pertence ao colégio e se orgulha disso, participa da solução desses problemas. Não fica de braços cruzados porque é o seu colégio.(CAPELLA; SILVA, 1971, p. 26)

Isso estrategicamente era colocado de acordo com os ideais de um patriotismo que pretendia “normalizar comportamentos, internalizar regras e preceitos para a formação do *bom cidadão*”(CUNHA, 2011, p. 159), pois seria mais acessível dialogar com a juventude que estivesse lutando por seu país, principalmente no que diz respeito à defesa contra as doutrinas socialistas e comunistas que se espalhavam pelas nações. A democracia pretendida era balizada pelos moldes militares ditatoriais, portanto formar alunos nesses padrões evitaria possíveis embates com o sistema governamental. Era importante esclarecer todos os benefícios que os cidadãos tinham ao fazer parte do projeto democrático difundido pelos discursos governamentais.

DEMOCRACIA: você pode ter uma propriedade; você escolhe o seu emprego; você escolhe seu patrão; você pode ter uma religião; o governo pensa nos interesses do povo.

COMUNISMO: tôdas as propriedades pertencem ao govêrno; o govêrno escolhe o que você deve fazer; o govêrno é o patrão de todos; nega-se Deus e prega-se o materialismo; o povo está a serviço do govêrno. (CAPELLA; SILVA, 1971, p. 62)

Ficavam muito claras as intenções de formação apresentadas pela *nova disciplina*. Toda a proposta de (re)elaboração do cidadão estava contida nas finalidades da disciplina. Sabendo-se que a escola em sua constituição traz a premissa de preparar aqueles que assumirão o futuro de um Estado, era fundamental trabalhar desde muito cedo todas as ideias que amparavam o regime político instituído em 1964 no Brasil. Além da proposta muito bem explicada, o Decreto ainda previa a criação de um órgão específico que atuaria na regulação e na produção que estava vinculada à disciplina. Foi criada, no Ministério de Educação e Cultura, diretamente subordinada ao Ministro de Estado a Comissão Nacional de

Moral e Civismo (CNMC), que na questão dos manuais, também tinha o poder de avaliação e veto para essas produções.

Muitos dos manuais produzidos, exibiam nas primeiras páginas uma cópia do ofício que autorizava a produção e em alguns casos parabenizava o(s) autor(es) por seguir tão fielmente os princípios propostos pelo Decreto. Este não foi o caso do manual de Jaldyr Bhering Faustino da Silva e Ayrton Capella, editado pela Laudes S.A., Rio de Janeiro. Como a obra é de 1971, quando provavelmente a fiscalização da Comissão Nacional de Moral e Civismo deveria ser muito atuante, entende-se que esta obra também deve ter sido plenamente aprovada para ser publicada e circular no meio escolar.

Jaldyr Bhering Faustino da Silva, nascido no Rio de Janeiro em 1914, foi militar, bacharel em direito pela Universidade Federal do Paraná, foi professor Catedrático de História do Brasil na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e considerado um historiador brasileiro. Foi sucessor de Lucas Alexandre Boiteux na Academia Catarinense de Letras, ocupando a cadeira de número 30 até o ano de sua morte em 1994. Em reconhecimento por sua atuação no campo educacional em Santa Catarina, uma escola básica da cidade de São Miguel do Oeste homenageou-o, colocando seu nome.

Ayrton Capella iniciou seus estudos no Ginásio Santa Catarina (atual Colégio Catarinense) em Florianópolis, depois estudou na Academia Militar das Agulhas Negras o nível colegial referente ao científico⁴. Foi coronel do exército diplomado pela Escola de Comando do Estado Maior e professor de Estudos Brasileiros na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Sabendo-se que ambos os autores tiveram contato com formação militar, supõe-se que os moldes seguidos para compor a obra atenderiam à proposta que delineava as finalidades da disciplina escolar em questão. A prática docente dos dois autores e a circulação no meio acadêmico, possivelmente facultou a produção de um manual para o uso escolar. A atuação de ambos nas disciplinas de História e Estudos de Problemas Brasileiros pode ser um

⁴ A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 20 de dezembro de 1961, organizava os sistemas de ensino em grau primário, secundário e superior. O primário correspondia ao que hoje é a educação infantil e o fundamental I. O secundário era dividido em ginásial e colegial, correspondentes atualmente ao fundamental II e o ensino médio, respectivamente. O colegial poderia oferecer ainda o ensino direcionado para a admissão nos cursos superiores, que era chamado de científico ou então o ensino técnico em nível secundário, voltado para a formação para o trabalho.

indício da familiaridade que tinham com os saberes que seriam organizados na obra para ser utilizada como manual de Educação Moral e Cívica.

A materialidade

Na década de 1960 o Brasil passou por uma ampliação do processo de escolarização e o conhecimento acadêmico passou pela transposição didática⁵ de forma mais intensificada. A implantação da Ditadura Militar afirmou ainda mais a relação entre o Estado e a indústria gráfica brasileira e, segundo Décio Gatti Jr (2011, p. 382), “a década de 1970, por seu turno, foi o momento da transição desses manuais escolares aos livros didáticos da atualidade [...]”. Então neste período, os manuais vão ocupando um papel central nas práticas educativas, mediando o processo de ensino e a relação entre professores, alunos e conhecimento.

O manual estudado foi produzido pela editora Laudes, situada no Rio de Janeiro, porém há uma anotação na última página que dá os créditos da impressão para a Editora Vozes de Petrópolis. Não há indicação do número da edição, mas sendo o manual do tipo não consumível, é possível que a tiragem não tenha sido muito numerosa.

O formato em que a obra em questão se apresenta, está mais assemelhado às obras de literatura científica do que às obras produzidas com fins didáticos. O manual de capa discreta nas cores verde e branco, como um protocolo de leitura (CHARTIER, 1990, p. 127), sugere a sobriedade com que os assuntos serão tratados em seu interior. A organização do índice do manual, que neste vem no final das páginas e não no início, é um indicativo de que todos os preceitos indicados pelo Decreto-lei, que deveriam ser tratados pela disciplina, foram preocupação destes autores, nesta obra. E que o programa criado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo estava contemplado ao longo do manual. A disposição dos assuntos ficou organizada da seguinte forma:

1ª Unidade – Deus – A Religião – A Moral – O Civismo;

⁵ Conceito elaborado por Yves Chevallard (1985), investigando o ensino das matemáticas, onde desenvolve a teoria de que o conhecimento erudito dá referências para conhecimento ensinado nas escolas. A respeito da aproximação/distanciamento entre o saber erudito e o saber ensinado André Chervel (1990) dialoga com a obra de Chevallard, apresentando sua perspectiva de que os ambientes de circulação do conhecimento são de igual forma produtores, portanto também contribuem na elaboração do conhecimento, não podendo ser considerado somente como uma transposição.

2ª Unidade – Deveres Morais e Deveres Cívicos;

3ª Unidade – Nação e Pátria;

4ª Unidade – O Cidadão;

5ª Unidade – As Tradições Brasileiras;

6ª Unidade – Democracia;

7ª Unidade – Os Símbolos Nacionais;

8ª Unidade – O Brasil Através das Biografias.(SILVA; CAPELLA, 1971, p. 129)

Os capítulos estão organizados de maneira que, o estudo se fosse feito de forma ordenada e contínua, iniciaria pelas concepções filosóficas e religiosas que amparavam a disciplina, onde “[...]a escrita introduz suas próprias particularidades nos processos de comunicação e de organização social, portanto, é necessário revelar seu potencial para gerar novas formas de pensar e construir o mundo de exercer o poder ou articular relações humanas”(CASTILLO GÓMEZ, 2001, p. 18). Abrir o primeiro capítulo falando da importância de Deus e da religião, tinha o propósito de vincular tudo que estava por ser ensinado naquela leitura, aos ideais cristãos da ética e da retidão. Isso atendia perfeitamente ao que se apresentava logo no segundo artigo do Decreto-lei sobre as finalidades da disciplina: *a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;[...]*⁶. Os capítulos que seguem teciam os conceitos, carregados de simbolismo, que ao serem internalizados pelos leitores, estabeleceriam um laço entre a vida do indivíduo e a coletividade representada pela pátria, mas esta era apenas uma prescrição para a leitura. O fechamento do manual com a apresentação de breves biografias de 59 pessoas, perenizava a exemplaridade a ser seguida. Os exemplos de vidas que foram oferecidas em prol à questões do seu país, eram lições para o futuro, que deveriam estar vivas na subjetividade constituída através daqueles saberes.

⁶ Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

De forma bastante pontual é possível perceber que o índice abarca o conjunto de saberes fundamentais para que o ensino da disciplina fosse exitoso. Porém é importante ressaltar que houve sim uma preocupação por parte dos autores em sistematizar os assuntos, mas a preocupação foi menor em realizar explicações mais ampliadas sobre os itens escolhidos pelos autores para compor o manual. Analisando que o manual é um livro de 130 páginas com as dimensões de 13,5cmX21cm e que ao longo dos conteúdos são distribuídas seções de exercícios, algumas unidades tiveram sua quantidade de páginas bastante economizadas em relação à complexidade dos assuntos a serem tratados. Por exemplo, a 1ª unidade, intitulada Deus – A Religião – A Moral – O Civismo, ocupou da página 5 a 14 e apresentou 5 sessões de exercícios que continham de 3 a 8 questões. Tendo os autores optado por abrir a obra com itens que sugerem um leque variado de abordagens e possibilidades, é possível pensar que os assuntos tiveram uma abordagem objetiva, com apresentação de conceituação definida, procurando limitar a apropriação do leitor. Segundo Chartier (1990), toda leitura proporciona uma produção de sentidos individual, então independentemente das prescrições impostas à leitura pelo seu suporte, cada uma de suas leituras, em cada circunstância específica, é sempre singular.

A unidade mais longa do manual é a 8ª, que vai da página 85 até a página 127. Retomando o título desta unidade – O Brasil Através das Biografias, observando a disposição das páginas sem nenhuma imagem nesse trecho do manual, evidencia-se uma relevante preocupação em apresentar aos alunos uma vasta lista de pessoas que tiveram importância (na visão da proposta dos autores) na configuração do Estado brasileiro.

Uma Nação tem que evoluir dentro de um conjunto histórico, porque no passado estão fincadas suas raízes. Desligar-se de suas tradições significará quebrar o elo de uma continuidade natural. No entanto, este respeito à tradição não implica em que fiquemos parados, olhando para o o passado; não vem em prejuízo da evolução. Temos que viver a realidade do presente, adaptando-nos às novas contingências internas e externas. (CAPELLA; SILVA, 1971, p. 20)

A apresentação da exemplaridade dos *heróis nacionais*, não eximia os cidadãos da responsabilidade com o progresso do país. Era uma fonte de inspiração para envolver-se com questões importantes, que possibilitassem grandes feitos em favor da nação. Organizada em cinco subtítulos, a unidade faz referência a todos os períodos históricos do país, de acordo com a divisão tradicional da História Política, destacando nomes que

figuraram em eventos relacionados à mesma, onde foram abordados por seus feitos patrióticos. Os subtítulos são:

8.1 – O Brasil Colônia;

8.2 – Brasil Império;

8.3 - Brasil República;

8.4 – Ciências, Letras e Artes;

8.5 – A Mulher em nossa História.(SILVA; CAPELLA, 1971, p. 130)

Observa-se que o manual dedica grande volume de páginas ao estudo das biografias que se destacaram na História do Brasil, numa perspectiva da construção histórica voltada para o futuro. Foram organizadas breves biografias de 53 homens e 6 mulheres por serem consideradas pessoas de grande importância principalmente na manutenção do território, na guarda dos interesses da coroa portuguesa e na consolidação da república. Foram-lhes atribuídas *virtudes cívicas* pelas suas atitudes e considerados *heroicos* os seus atos. *Olhando para trás, vemos que o caminho foi áspero e longo. Daqui para o futuro a tarefa é nossa e, em breve, dos jovens que terão sob sua guarda o patrimônio legado por nossos antepassados* (CAPELLA; SILVA, 1971, p. 86). Ensinar aos alunos tudo que aquelas pessoas haviam feito, certamente nomes que estavam em consonância com a formação do cidadão que se pretendia, pelo seu país, ia de encontro aos ideais de progresso pretendidos pelo Estado naquele momento. Uma evidência que de por mais que se tratasse de uma obra para ser utilizada em tempo e lugar específicos, manifestava o intuito de formar conceitos e opiniões. (CASTILLO GÓMEZ, 2001, p. 216)

As mulheres que são referenciadas nas 6 biografias femininas, em geral tiveram sua trajetória marcada por atitudes masculinizadas de assumir o lugar de maridos falecidos, atuar caracterizadas e com postura masculina em combates, exercer cargos reservados aos homens, enfim, o destaque de sua atuação histórica, o qual lhes concedeu espaço entre tantas biografias masculinas, se deu de alguma forma relacionada a atitudes que pertenciam ao universo masculino. O que era perfeitamente compreensível em momentos históricos que a sociedade brasileira se desenvolvia sob bases patriarcais.

- Maria Quitéria de Jesus

Era uma jovem, filha de pais portugueses do Recôncavo da Bahia. Seu coração inflamou-se de patriotismo pela independência. Disfarçada em trajes masculinos abandonou a casa paterna e sentou praça como soldado. Tomou parte nas lutas, em 1822, na Bahia, contra o general português Madeira, distinguindo-se por sua intrepidez e bravura. O Imperador concedeu-lhe honrarias[...]

-Maria Francisca da Conceição

Com 13 anos casou-se com um cabo que partia para a guerra do Paraguai. Com a proibição de as mulheres seguirem os maridos, disfarçou-se em homem e marchou ao lado do esposo. Morto o cabo, em combate, ela resolve prosseguir lutando e avançou nas primeiras filas contra Curupaiti. Penetrou no forte entre os primeiros brasileiros e aí foi ferida. Só no hospital descobrem-lhe o sexo. Daí para diante passaram a chamar-lhe: Maria Curupaiti. (CAPELLA; SILVA, 1971, p. 123)

Além dessas observações, há outras que o exame da materialidade do suporte possibilita. Em sua primeira página o manual traz a indicação das séries para as quais deve ser utilizado. São elas 1ª e 2ª séries dos ginásios – correspondentes ao sexto e sétimo anos do fundamental II. Na segunda página o autor apresenta os agradecimentos à um colega professor e logo depois já se apresenta a primeira unidade de trabalho do manual. O manual todo é impresso em letras de mesmo padrão e cor, tendo como elementos de destaque os esquemas geométricos em que se apresentam alguns conteúdos, os caracteres maiúsculos, e poucas imagens, também editadas em preto e branco onde aparecem os símbolos nacionais – a bandeira, o selo e as armas.

Sendo os autores ambos professores universitários, da rede de ensino pública de Santa Catarina, possivelmente trabalharam na obra para suprir a demanda que se colocava a partir da obrigatoriedade da disciplina. A ausência de recursos gráficos mais elaborados pode estar associada a superação desta demanda. Os autores trabalharam juntos em outro manual também utilizado nos sistemas de ensino em Florianópolis, na disciplina de Organização Social e Política Brasileira, a qual também estava prescrita no Decreto-lei 869/69, como saber a ser ministrado para complementar a formação proposta pela Educação Moral e Cívica, fato que estar relacionado à necessidade de produção para a área em Santa Catarina.

Em linhas gerais, o manual conserva uma apresentação bastante formal, que pode estar relacionada tanto ao padrão editorial pensado pelos autores como ao orçamento destinado à produção da obra. O suporte do escrito é sempre uma possibilidade de pensar a intencionalidade, mais do que isso, pensar as aproximações entre o autor e sua obra, e esta

com seus leitores. O estudo de Gatti Jr. (2004) é muito iluminador quando sistematiza a problematização sobre os livros didáticos e aponta as inúmeras intercorrências que afetam de alguma forma a produção dos impressos utilizados na escola. Portanto, independente da intenção ou do uso, o texto está sempre sujeito à uma instabilidade que ignora a autoridade do escrito (CHARTIER, 2010, p. 17). Por vezes o escrito que parece ser objetivo, doutrinário, imperativo, estabelece múltiplas leituras, mesmo que não se tenha decifrado um signo sequer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obrigatoriedade do ensino da Educação Moral e Cívica acabou em 1993, data de revogação do Decreto-lei 869/69 que a instituiu. Os manuais produzidos para a disciplina continuaram a circular até que as escolas passassem pelo processo de readaptar os seus currículos. Mesmo não tendo dados precisos a respeito de até quando o manual de Jaldyr Bhering Faustino da Silva e Ayrton Capella circulou nos sistemas de ensino de Florianópolis, é possível pensar que houve um certo estímulo à sua utilização, já que os autores eram professores em instituições locais e isso sugere uma rede de sociabilidades no meio educacional.

O período da Ditadura Militar, amplamente estudado, acaba que sendo um fator determinante para pensar as práticas educacionais no país. Em algumas com o período de exceção e as similitudes de discurso. A investigação através de outras perspectivas pode ser capaz de ampliar o olhar sobre essa parte tão importante do processo de escolarização que é a relação com a *cultura escrita*. As teorias que evidenciam elementos tão peculiares da produção e circulação dos suportes de escrita sinalizam para a ideia de que a edição tenta sim impor uma *ortodoxia* ao texto (CHARTIER, 1990, p. 123), porém elas (as teorias), também trazem à tona o entendimento que os escritos têm *conceitos e funções* (CASTILLO GÓMEZ, 2001, p. 16) determinadas em cada sociedade, sendo então uma abordagem específica que colabora na composição de um mosaico histórico, que por certo abarca múltiplos pontos de observação e temporalidades concomitantes. Um fio de entendimento que está tecido junto a muitos outros. A *cultura escrita* oferece pontos de convergência. Além de conservar os registros, apreende os significados, que são lidos com *apropriação* única pelo historiador que a transforma em questionamento. De forma alguma é reveladora, mas é sempre significativa ao contar alguma coisa sobre o passado.

Portanto buscar compreender o desdobramento da prescrição do Decreto-lei 869/69 em Florianópolis através do estudo de um manual produzidos por pessoas ligadas à cena local, procura estabelecer os vínculos do contexto da educação no Brasil com a de Santa Catarina, dando visibilidade às propostas feitas fora do eixo das grandes metrópoles, contribuindo para o entendimento da diversidade da *cultura escolar*. O exame dessa fonte privilegiada do contexto escolar viabiliza percorrer novos caminhos para a pesquisa histórica no campo educacional. Afinal mesmo sendo a disciplina extinta, as tecnologias gráficas ultrapassadas, e o momento político diferente, os manuais, ou hoje, livros didáticos, ainda cumprem um relevante papel na formação escolar, e simbolicamente são o suporte do saber disseminado, que está em constante diálogo com seus interlocutores, com a produção do conhecimento e com tempo. Dessa forma, também são constituídos História.

Referências

- ABREU, Vanessa Kern de; INÁCIO Filho, Geraldo. A Educação Moral e Cívica- doutrina, disciplina e prática educativa. **Revista Histedbr**. Campinas n. 24, p. 125-134, dez./2006. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/24/art11_24.pdf. Acesso em: 25 fev. 2014.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>. Acesso em: 23 fev. 2014.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Base de 1961 - Lei 4024/61 | Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61> . Acesso em: 23 fev. 2014.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (Org.). **História de la Cultura Escrita**: del Oriente Antigo a la sociedad informatizada. Madrid: Ediciones Trea, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. **A aventura do livro**. Do leitor ao navegador. SP: Editora da UNESP, 1998.
- _____. Escutar os mortos com os Olhos. **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: v. 24, n.69, p. 7-30. 2010.
- CHERVEL, André. A História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Teoria e Educação**. Porto Alegre, v. 2, p. 177-229. 1990.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. UM PARIOTISMO SÃO: lições de História para a Escola Primária. Um estudo na série de leitura graduada “Pedrinho” de Lourenço Filho (décadas de 50/70 do século XX). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 12, nº 01, p. 154-169. Jan/jun. 2011.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993**. 2006. 211 fls. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GATTI JR, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Bauru/SP: Edusc, 2004.

SILVA, Jaldyr Bhering Faustino da; CAPELLA, Ayrton. **Educação Moral e Cívica**. RJ: Laudes, 1971.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. III – Século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, vol.1, p.63-82, set/dez. 1995.